

FOLHA DE S. PAULO

Deputados mineiros voltam a ter direito a auxílio-moradia

Parlamentares donos de imóveis na região metropolitana de Belo Horizonte haviam deixado de receber pagamento

Assembleia Legislativa de Minas Gerais vai repassar R\$ 2.850 mensais para quem solicitar benefício

DIÓGENES CAMPANHA
DE SÃO PAULO

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou na tarde desta terça-feira (10) a volta do pagamento do auxílio-moradia a todos os deputados estaduais.

O benefício havia sido vedado em 2014 para os parlamentares que possuem imóveis na região metropolitana de Belo Horizonte, mas foi restabelecido após um projeto de resolução apresentado na semana passada pela nova Mesa Diretora da Casa.

Levantamento feito pela Folha nas declarações de bens apresentadas pelos deputados em 2014 aponta que pelo menos 33 dos 77 parlamentares são proprietários de casas ou apartamentos na capital ou na região metropolitana de Belo Horizonte.

Com a decisão desta terça, o auxílio-moradia será pago a todos os parlamentares que solicitarem o benefício. Os deputados, que ganham salário bruto de R\$ 25.322,25, terão direito a R\$ 2.850 para despesas com moradia.

A proposta havia sido aprovada em primeiro turno na última quinta-feira.

Na segunda rodada, nesta terça-feira, recebeu 36 votos a favor e 21 votos contrários. Os 20 deputados estaduais restantes não registraram vo-

to ou não estavam na Casa no momento da deliberação.

O resultado foi recebido sob vaias e gritos de "vergonha" de algumas pessoas que acompanhavam a sessão.

Logo após a aprovação do projeto, vários deputados deixaram o plenário e a reunião ordinária foi encerrada por falta de quórum.

AVAL DO CNJ

A Assembleia justificou a medida afirmando que ela acompanha uma decisão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que regulamentou em 2014 o auxílio-moradia para juizes.

"A Mesa da Assembleia entende que os membros do Poder Legislativo devem ter equivalência de tratamento em relação aos membros da magistratura e do Ministério Público", afirmou a Casa, em nota enviada por sua assessoria de imprensa.

Uma vez que a Assembleia Legislativa não oferece a opção de imóvel funcional para os seus membros, como é o caso da Câmara dos Deputados, a ajuda de custo deve ser concedida a todos os parlamentares", continuou o texto da Assembleia mineira.

Antes de o projeto ser votado em segundo turno, o deputado estadual Sargento Rodrigues (PDT) subiu à tribuna da Casa para dizer que havia sido favorável à proposta na primeira rodada, mas que tinha "humildade" para rever sua posição.

Ele, que é dono de quatro imóveis em Belo Horizonte, declarou que irá abrir mão do benefício.

“ Uma vez que a Assembleia Legislativa não oferece a opção de imóvel funcional para os seus membros, como é o caso da Câmara dos Deputados, a ajuda de custo deve ser concedida a todos os parlamentares

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS
em nota

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Professores em greve invadem Assembleia Legislativa do PR

Vidros foram quebrados durante protesto contra corte de despesas na área; sessão foi suspensa, e deputados saíram sob escolta

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Centenas de manifestantes que protestavam contra o corte de despesas feito pelo governo Beto Richa (PSDB) invadiram a Assembleia Legislativa do Paraná, no meio da votação das propostas, e suspenderam a sessão nesta terça-feira (10).

Os manifestantes pularam das galerias para o plenário, aos gritos de "vergonha" e "o povo unido jamais será vencido". Outros que estavam do lado de fora derrubaram um portão e também entraram no prédio. Vidros e portas foram quebrados, mas não houve confronto com a PM.

Os deputados tiveram que se refugiar em uma sala anexa ao plenário. Escoltados por policiais, conseguiram chegar ao prédio dos gabinetes, vizinho ao prédio principal. Um deles chegou a tirar o paletó e a gravata, tentando não ser identificado por manifestantes.

PMs fizeram um cordão de isolamento entre o plenário e os outros prédios, para impedir novas invasões.

A votação foi adiada, já que os manifestantes decidiram continuar na assembleia por tempo indeterminado.

CRISE

Do lado de fora, cerca de 10 mil servidores e professores da rede pública, em greve desde segunda (9), protestavam desde a manhã contra o governador tucano. A estimativa foi feita pela PM.

Reeleito no ano passado, Richa tem enfrentado uma crise financeira há pelo menos dois anos. O Estado já suspendeu obras, atrasou pagamentos e parcelou salários de servidores.

Na última semana, o tucano propôs um pacote de medidas para aliviar o caixa, que incluem a mudança da previdência dos servidores (que passam a ter um teto de vencimentos) e o corte de um quarto do orçamento.

O "pacotão das maldades", como foi apelidado pela oposição, é o principal alvo dos protestos.

O governo argumenta que as medidas são "duras, mas necessárias", e que precisam ser aprovadas para garantir o pagamento dos salários e retomar os investimentos. "O momento é difícil. O país atravessa uma crise", afirmou o líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB).

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF inocenta ex-secretários no caso do cartel de trens

José Aníbal (PSDB) e Rodrigo Garcia (DEM) ficam livres de investigações

Tribunal concluiu que acusações feitas por delator contra ex-secretários de Alckmin não foram comprovadas

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) arquivou nesta terça-feira (10) inquéritos que investigavam a participação do ex-deputado federal José Aníbal (PSDB-SP) e do deputado Rodrigo Garcia (DEM-SP) num suposto esquema de pagamento de propinas em obras do Metrô e da CPTM em gestões tucanas em São Paulo.

O caso começou a ser discutido no ano passado. Em setembro, quando votou, o ministro relator, Marco Aurélio Mello, disse que após testemunhas serem ouvidas não ficou comprovado o envolvimento dos deputados, que foram secretários do governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Os dois começaram a ser investigados após depoimento do ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer.

O voto de Mello foi acompanhado pelo ministro Dias Toffoli. Por outro lado, votaram pela manutenção das investigações José Roberto Barroso e Rosa Weber.

Nesta terça o caso foi desempatado com o último voto da Primeira Turma, o de Luiz Fux, que uniu-se aos ministros Mello e Toffoli, determinando o arquivamento dos inquéritos.

“O relator atendeu as diligências e não houve menção direta a essa parlamentar. As pessoas que foram ouvidas disseram que nunca tinham ouvido falar desse parlamentar”, afirmou Fux.

Em nota, Aníbal disse que recebeu com “naturalidade” a notícia do arquivamento, uma vez que “a denúncia, ancorada em citações de um documento apócrifo, falso, jamais teve qualquer sustentação factual”.

Ele ainda disse que espera uma investigação sobre os fatos que levaram ao início da investigação, que, segundo ele, foram motivadas por questões partidárias com o envolvimento do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

“O ‘documento’ [que levou às denúncias] surgiu com o deputado Simão Pedro (PT-SP), entrou no Ministério da Justiça clandestinamente e foi encaminhado à Polícia Federal pelo titular da pasta, José Eduardo Cardozo, desrespeitando procedimentos legais (...) aguardo confiante que a Justiça venha a desmascarar a fraude”, diz a nota.

Em julho de 2013, a Folha revelou que a multinacional Siemens delatou a autoridades antitruste a existência de um cartel em licitações para obras e serviços de manutenção do Metrô e da CPTM.

Documentos da Siemens entregues ao Cade mostravam que o governo estadual, controlado pelo PSDB, teria dado aval ao conluio. A empresa fez acordo que lhe garantiria imunidade se as denúncias forem comprovadas.

Além da Siemens, o cartel envolveria Alstom, Bombardier, CAF e Mitsui. Apesar do depoimento do ex-diretor Everton Rheinheimer, a Siemens sempre negou o pagamento de propina a políticos.

Agora, todos os inquéritos de pessoas com foro privilegiado estão arquivados. As empresas envolvidas no cartel e os operadores do esquema continuam a ser investigados pelo Ministério Público de São Paulo, pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e pela Polícia Federal.

CONTINUA

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

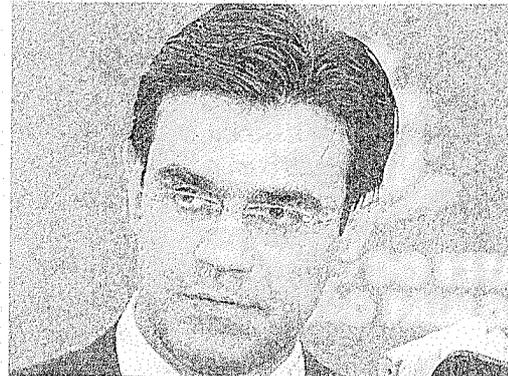
CASO ARQUIVADO

Turma do STF arquivou inquéritos de dois políticos citados pelo ex-diretor da

Siemens Everton Rheinheimer



Joel Rodrigues/Frame/Folhape



José Aníbal (PSDB-SP)

Suplente do senador José Serra, foi deputado federal e secretário de Energia em São Paulo



Rodrigo Garcia (DEM-SP)

Deputado Federal, foi presidente da Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa

Que nunca falou com o deputado, mas discutia com um auxiliar de Aníbal, Silvio Ranciaro, o pagamento de propinas



O QUE O DELATOR DISSE

Que Garcia era um 'ponto de contato' político para as empresas do cartel e que conversou 'algumas vezes' com ele sobre o pagamento de 'comissões'

Testemunhas ouvidas pela corte não confirmaram o que Everton Rheinheimer afirmou



O QUE O STF CONCLUIU

Testemunhas ouvidas pela corte não confirmaram o que Everton Rheinheimer afirmou



É o fim das investigações?

Não. Os políticos foram excluídos, mas as empresas envolvidas no cartel e seus operadores ainda são investigados pelo Ministério Público de São Paulo, pela Polícia Federal e pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

No campo civil, o governo estadual e o Ministério Público movem ações de indenização contra as empresas acusadas.

Metrô, CPTM e executivos são alvo de ações

Na Justiça de primeira instância em São Paulo tramitam processos criminais, ações civis e inquéritos contra executivos de empresas do setor de transporte e dirigentes do Metrô e da CPTM suspeitos de participação no esquema do cartel de trens.

Na Justiça criminal do Estado estão em curso sete causas sobre a prática de cartel. Também na área penal, mas na Justiça Federal, está em andamento inquérito no qual a Polícia Federal indiciou, em dezembro, 33 pessoas

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF rejeita pedido de prisão de ex-diretor da Petrobras

Advogados de empreiteiras querem mesmo benefício para executivos presos

Juiz mandou prender Renato Duque alegando risco de fuga, motivo que ministros da corte acham insuficiente

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal decidiu nesta terça-feira (10) manter em liberdade o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, apontado como um dos operadores do PT no esquema de corrupção descoberto na estatal pela Operação Lava Jato.

Advogados de outras pessoas investigadas pela operação defenderam que a decisão do STF seja estendida aos 11 executivos de empreiteiras que têm negócios com a Petrobras e continuam presos.

Preso em novembro pela Polícia Federal, Duque foi solto pelo ministro Teori Zavascki após passar 19 dias na prisão. Os ministros da Segunda Turma do STF concordaram com os argumentos usados por Zavascki para livrar o ex-diretor da prisão.

Segundo o ministro, o único argumento usado pelo juiz federal Sérgio Moro, que mandou prender Duque, era a possibilidade de fuga do executivo, que tem uma fortuna no

exterior. Para Zavascki, não é possível manter prisões somente com base neste risco.

Além de Zavascki, votaram a favor de Duque os ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Celso de Mello, que faz parte do grupo, não compareceu. Há uma vaga em aberto na turma, antes ocupada por Joaquim Barbosa e ainda sem substituto definido.

Durante a sessão, Zavascki reforçou os argumentos que usou em dezembro para livrar Duque. "Há elementos que indicam materialidade para crimes graves, há indícios fortes", disse. "[Mas] a custódia está calcada em presunção de fuga, o que é rechaçado categoricamente pela jurisprudência dessa corte."

O ministro chamou atenção para o fato de que, apesar de o Ministério Público Federal acreditar que Duque cometeu os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro ao cobrar propina em obras da Petrobras, ele ainda não foi formalmente denunciado.

Outros presos da Lava Jato, entre eles executivos de empreiteiras, que também bateram às portas do STF com pedidos de liberdade, já são réus em processos judiciais.

Enquanto o pedido de prisão do ex-diretor era baseado apenas no risco de fuga, nos demais processos também se falou em falsificação de provas, coação de testemunhas e risco dos réus seguirem cometendo crimes.

A situação de Nestor Cerveró, outro ex-diretor da Petrobras que está preso em Curitiba (PR) desde 14 de janeiro, também é diferente. Além da suspeita de corrupção e recebimento de propina, a Justiça assinalou que ele não revelou possuir nacionalidade espanhola, viajou ao exterior em meio às investigações, passou imóveis para o nome de filhos e tentou sacar recursos de um fundo de pensão, o que foi interpretado como sinal de que planejava fugir.

O advogado Alberto Toron, que defende o empreiteiro Ricardo Ribeiro Pessoa, da UTC Engenharia, disse que a decisão do STF foi a primeira em que um tribunal, em turma, discordou de uma decisão de Moro. "É um caso de garantir a liberdade, mostra que o Supremo tem independência".

CONTINUA

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

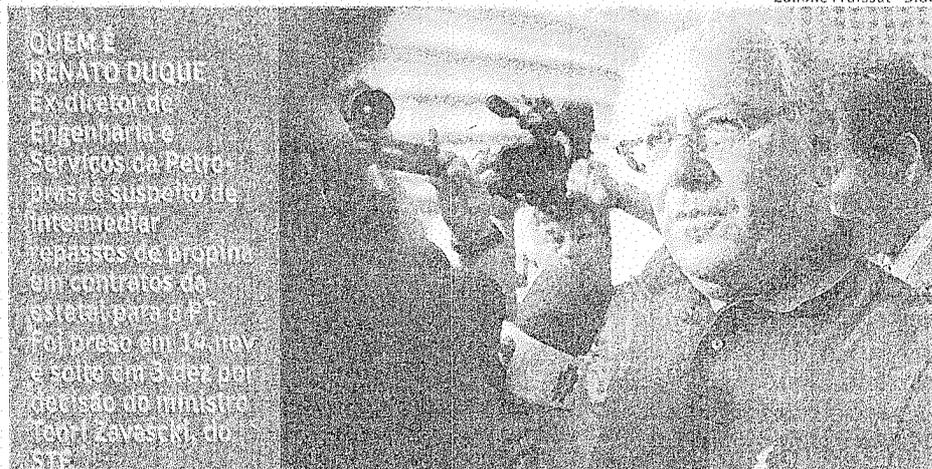
“Se não há justificativa para a prisão dele, não há para nenhum outro. Todos deveriam ser soltos”, disse Antonio Claudio Mariz de Oliveira, que defende Eduardo Leite, vice-presidente da Camargo Corrêa. “O Supremo estabeleceu um freio para as prisões preventivas. É uma reação, ainda leve, aos excessos do juiz”, disse o advogado Nélcio Machado, que defende o lobista Fernando Soares.

Colaboraram MARIO CESAR CARVALHO, de São Paulo, e RUBENS VALENTE, de Brasília

A PALAVRA DO SUPREMO

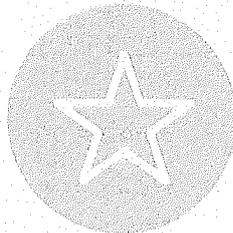
Corte ratifica decisão de manter ex-diretor da Petrobras em liberdade

Zanone Fraissat - 3.de



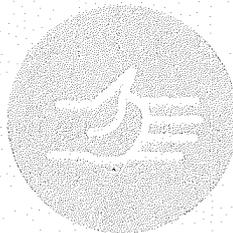
QUEM É RENATO DUQUE
Ex-diretor de Engenharia e Serviços da Petrobras, é suspeito de intermediar repasses de propina em contratos de esterilização. Foi preso em 14 nov e solto em 3 dez por decisão do ministro João Zavascki do STF.

AS ACUSAÇÕES DOS DELATORES



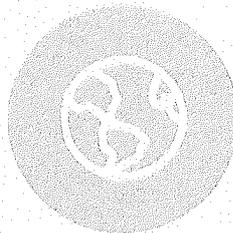
Doações ao PT

O executivo da Toyo Setal Augusto Ribeiro de Mendonça Neto afirmou que Duque recebeu R\$ 4 mi em propina por meio de doações oficiais ao PT



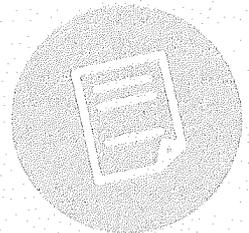
Propina da Toyo

Ainda segundo Mendonça Neto, Duque negociou com a Toyo o pagamento de até R\$ 60 mi, entregues entre 2008 e 2011



Dinheiro no exterior

O ex-gerente Pedro Barusco acusou Duque de ter recebido entre US\$ 40 mi e US\$ 50 mi em contas na Suíça e até R\$ 12 mi no Brasil



Comissão

O ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa disse que o PT ficava com 3% dos valores dos contratos na diretoria comandada por Duque

O MOTIVO DA PRISÃO

Para o juiz Sergio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato, Duque “mantém verdadeira fortuna” no exterior e poderia fugir —argumento endossado pelo procurador-geral da República

A REAÇÃO DA DEFESA

Os advogados de Duque afirmam que Moro decretou a prisão preventiva sem base legal, usando o argumento genérico de risco de fuga, e que é preciso provar a culpa do ex-diretor

O QUE DECIDIU O STF

Para Zavascki, há jurisprudência consolidada impedindo que prisões sejam mantidas somente com base no risco de fuga do suspeito. O entendimento foi seguido por Gilmar Mendes e Cármen Lúcia

CONTINUA

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

QUEM AINDA ESTÁ PRESO

EMPRESA	PROFISÃO	TEMPO PRESO
UTC/Constran	Ricardo Pessoa ex-presidente	2 meses e 27 dias
Camargo Corrêa	João Auler presidente do conselho de administração	2 meses e 26 dias
	Dalton Avancini diretor-presidente	2 meses e 26 dias
	Eduardo Hermelino Leite vice-presidente	2 meses e 27 dias
OAS	José Aldemário Pinheiro Filho ex-presidente	2 meses e 27 dias
	Mateus Coutinho de Sá Oliveira ex-diretor financeiro	2 meses e 27 dias
	Agenor Franklin Magalhães Medeiros diretor-presidente da área internacional	2 meses e 27 dias
	José Ricardo Nogueira Breghirolli funcionário	2 meses e 27 dias
Mendes Júnior	Sergio Cunha Mendes vice-presidente-executivo	2 meses e 27 dias
Engevix	Gerson de Mello Almada vice-presidente	2 meses e 27 dias
Galvão Engenharia	Erton Medeiros Fonseca diretor-presidente da divisão de engenharia	2 meses e 27 dias
Petrobras	Nestor Cerveró ex-diretor Internacional	28 dias
Outros	Fernando Soares Lobista	2 meses e 23 dias
	Alberto Youssef Doleiro	10 meses e 24 dias

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça determina quebra de sigilo de colaborador de Bruno Covas

DE SÃO PAULO - A Justiça Federal determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do radialista Mário Welber, que atuou como colaborador na campanha eleitoral do deputado federal Bruno Covas (PSDB-SP).

Em setembro, Welber — que também é suplente de vereador em São José do Rio Preto (SP)— foi interceptado no aeroporto de Congonhas, na capital paulista, carregando R\$ 102 mil em dinheiro e 16 cheques.

A autorização para a quebra de sigilo atendeu a pedido da Polícia Federal, que abriu inquérito no ano passado para investigar a origem do dinhei-

ro. A decisão saiu em dezembro, mas o despacho foi publicado apenas na segunda (9).

A Justiça também determinou a expedição de ofício ao Bradesco para que o banco “indique o itinerário e destinatário” do numerário atrelado à cinta que envolvia parte do dinheiro encontrado com Welber. Foi autorizada ainda a realização de perícia em dois pen-drives apreendidos na ocasião.

A assessoria de imprensa de Bruno Covas negou no ano passado envolvimento com o dinheiro apreendido. Quanto aos cheques, afirmou que eram para pagar gastos de campanha.

Corte Suprema da Itália julga ação que pede a extradição de Pizzolato

DE ROMA - A Corte Suprema de Cassação, instância superior do judiciário italiano, julga nesta quarta (11) o recurso do governo brasileiro pedindo a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato.

Os cinco juízes da 6ª sessão da corte vão debater as condições do sistema prisional do Brasil. Em outubro, a defesa do petista teve uma importante vitória quando a Corte de Apelação de Bolonha recusou sua extradição por entender que as penitenciárias brasileiras não ofereciam garantias de que os direitos fundamentais de Pizzolato seriam respeitados.

Na época o advogado de Pizzolato, Alessandro Sivelli, exibiu imagens do presídio de Pedrinhas (MA), onde presos foram decapitados, e citou mortes de detentos na Papuda (DF), provável destino do ex-diretor.

Para tentar virar o jogo, o recurso impetrado pelo advogado Michelle Gentiloni, contratado pelo Brasil, afirma que o presídio da Papuda e duas unidades em SC podem garantir o cumprimento da pena sem riscos à integridade do preso.

“O local oferecido para Pizzolato é seguro”, disse à **Folha** Boni de Moraes Soares, da AGU (Advocacia-Geral da União).

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Não é crime falar de impeachment, diz Aécio

Tucano diz que tema não é 'pauta' do PSDB, mas defende colegas que abordaram o assunto

DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

O impeachment da presidente Dilma Rousseff "não está na pauta do PSDB", diz o senador Aécio Neves (MG), mas ele defende os tucanos que têm abordado o assunto. "Não é crime falar", afirmou à **Folha**. "Desconhecer que há um sentimento de tamanha indignação na sociedade é desconhecer a realidade."

A análise foi feita pelo tucano um dia depois de o líder de seu partido no Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), bater boca com o petista Lindbergh Farias (RJ) no plenário. A confusão começou após Cunha Lima sustentar que a discussão sobre o impedimento de Dilma é legítima, o que provocou a irritação de Lindbergh.

"Não está na pauta do nosso partido, mas não é crime falar sobre o assunto, como fez o senador Cássio Cunha Lima", defendeu Aécio.

Adversário de Dilma nas eleições de 2014, Aécio avalia que a queda abrupta e profunda da popularidade de Dilma, registrada pelo último Datafolha, é fruto de uma série de equívocos cometidos pelo próprio governo e que a oposição tem sido "cautelosa" nos posicionamentos.

Ele diz, por exemplo, que Dilma "foi covarde" ao terceirizar explicações sobre as medidas que adotou na economia. "Escolheu uma pessoa de fora do seu círculo, que provavelmente nem votou nela, para assumir as decisões. Ela se escondeu. Essa covardia abriu espaço para crescer o sentimento de que a presidente mentiu na eleição", diz.

Para ele, Dilma desagradou não só os que já não apostavam nela, como também sua própria base social. "São dois sentimentos: indignação, de quem não a escolheu e hoje vê ela fazer o que

disse que os adversários fariam; e frustração, porque quem votou nela apostou em outro projeto, não nesse."

Presidente nacional do PSDB, Aécio diz que não vê "hoje elementos jurídicos ou políticos para um pedido de impeachment". Mas avalia que a situação tende a piorar, pela instabilidade das relações no Congresso e o escândalo da Petrobras.

Por fim, diz que, nessa toada, a equipe de articulação política do Planalto vai levar Dilma para o livro dos recordes. "Vão parar no Guinness. Nunca vi em tão pouco tempo um governo errar tanto."



11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Governo quer repatriar dinheiro de Eike Batista

Juiz mandou bloquear R\$ 3 bi do empresário

SAMANTHA LIMA
MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal obtiveram aval da Justiça para buscar recursos de Eike Batista e de suas empresas no exterior, a fim de compor o montante de R\$ 3 bilhões em bens do empresário e de sua família a ser bloqueado pela Justiça.

O rastreamento será feito com apoio do governo brasileiro, que pediu cooperação a órgãos de Justiça em países como Uruguai, Panamá, Suíça e ilhas Cayman (Caribe).

O advogado de Eike, Sérgio Bermudes, afirma que o empresário não possui recursos no exterior: "Podem procurar à vontade".

Eike é acusado dos crimes de "insider trading" (negociação com base em informações privilegiadas) e manipulação de mercado na venda de ações da petroleira OGX.

O juiz federal Flávio Roberto de Souza, da 3ª Vara Federal Criminal, decretou na semana passada o bloqueio de R\$ 3 bilhões em bens do empresário e de parentes dele a pedido do Ministério Público, alegando necessidade de preservar recursos para eventuais indenizações e multas.

Na ocasião, foram achados cerca de R\$ 50 milhões em contas de Eike e familiares.

Em 2013, quando pioraram os problemas do grupo X, o empresário doou oito imóveis aos filhos Thor e Olin, com valor declarado de R\$ 20 milhões, e R\$ 179 milhões à mulher Flávia, aos filhos e a três funcionários. No mesmo ano, o empresário enviou R\$ 1,2 bilhão às ilhas Cayman.

A defesa de Eike questiona a imparcialidade do juiz e pede seu afastamento. O pedido será julgado nesta quarta-feira (11) pelo Tribunal Regional Federal no Rio.

No ano passado, Eike teve R\$ 237 milhões bloqueados.

11 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça arquiva ação contra inglês suspeito de cambismo

COPA-2014 Whelan foi acusado de integrar grupo de venda ilegal de ingressos

SÉRGIO RANGEL
DO RIO

A 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio decidiu nesta terça-feira (10) pelo arquivamento da ação penal contra o inglês Raymond Whelan, executivo da Match Services.

Ele foi acusado pela Polícia do Rio de integrar uma suposta quadrilha de venda ilegal de ingressos para a Copa. A Match é parceira comercial da Fifa e tinha a exclusividade dos direitos de venda de pacotes do Mundial.

No seu voto pelo arquivamento, o desembargador Luiz Noronha Dantas decretou a "inépcia material da denúncia, trancando-se a ação penal apenas quanto a este paciente, sem extensão a qualquer dos demais corréus".

O Ministério Público não se pronunciou sobre a decisão da Justiça.

Em julho do ano passado, a polícia do Rio prendeu 11 pessoas por participarem da suposta quadrilha.

De acordo com investigadores, o grupo lucrava pelo menos R\$ 1 milhão por jogo.

Whelan foi denunciado pelos crimes de cambismo, organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e sonegação.

Já o franco argelino Moha-

madou Lamine Fofana, 57, apontado pela polícia como suspeito de ser chefe de uma quadrilha de venda de ingressos ilegal, permanece como réu na ação penal.

Whelan foi preso duas vezes no ano passado.

Na primeira, ele ficou detido por apenas 12 horas.

Na segunda, o inglês ficou preso por mais de 20 dias no Complexo Penitenciário de Bangu, zona oeste.

No período entre as duas prisões ele foi considerado foragido ao deixar o Copacabana Palace pela portaria dos funcionários.

Em agosto, ele foi beneficiado por uma liminar concedida pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Depois disso, Raymond Whelan nunca mais voltou ao país.

De acordo com o delegado Fábio Barucke, da Polícia Civil do Rio, Fofana fazia a ligação com Whelan e os cambistas que vendiam os bilhetes na porta dos estádios.

Segundo a polícia, o grupo ainda venderia ingressos para clientes que comprassem pela internet ou através de duas agências de viagem em Copacabana, zona sul do Rio.

Os policiais calculam que a quadrilha atuava desde o Mundial de 1998 e poderia movimentar até R\$ 200 milhões por Copa.

11 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-assessor obtém liberdade
provisória e deixa cadeia

Ex-assessor Marcelo Caramori consegue liberdade provisória

*“Ele não oferece risco às
investigações e vai colaborar
com o que for necessário”*

Viviani Costa
Reportagem Local

Londrina - O fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori deixou a Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2) na tarde de ontem. Sob forte chuva e na companhia do advogado Leonardo Vianna, Caramori preferiu não dar entrevista. O ex-assessor do Governo do Estado estava preso desde o dia 29 de janeiro, quando o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão relacionados a uma investigação de exploração sexual. No dia da prisão de Caramori, foram apreendidos computadores, celulares e outros itens na casa do fotógrafo.

O advogado Leonardo Vianna declarou que o segundo pedido de liberdade provisória, protocolado nesta semana, foi aceito pela 6ª Vara Criminal de Londrina. “Ele reúne as condições para responder o processo em liberdade. Caramori está à disposição da Justiça, se compromete a comparecer e a prestar os esclarecimentos em juízo. É uma pessoa que nunca respondeu a um processo, ele

tem residência em Londrina e não irá se furtar da Justiça. Ele não oferece risco às investigações e, eventualmente, ele irá colaborar com o que for necessário para o esclarecimento dos fatos”, ressaltou o advogado.

Conforme Vianna, o primeiro pedido de liberdade havia sido negado na última sexta-feira. Segundo ele, a Justiça solicitou novos esclarecimentos. “Eu levei novos elementos e fiz um novo pedido. Então ele vai aguardar em liberdade. Os dois pedidos estão sob segredo de Justiça”, alegou Vianna, ao não revelar que elementos teriam sido apresentados.

A prisão de Caramori foi um desdobramento da investigação iniciada pela promotoria da 6ª Vara Criminal de Londrina que apura a existência de uma rede de exploração sexual. O auditor fiscal da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza foi preso no dia 13 de janeiro após as primeiras denúncias. Ele foi indiciado pelo Gaeco por favorecimento à prostituição e estupro de vulnerável. Souza também já foi denunciado pelo Ministério Público à Justiça. O auditor e o fotógrafo estavam presos na mesma cela da PEL 2.

Segundo o Gaeco, pelo menos 13 adolescentes teriam sido vítimas dos dois indiciados. O auditor fiscal da Receita Estadual continua detido. A promotora Suzana Lacerda não foi encontrada para dar entrevista.

11 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Campanha arrecada livros para penitenciárias

Obras poderão
ser lidas por presos, que
ganham remição de pena a
cada resenha aprovada

Antoniele Luciano
Reportagem Local

Londrina - Karl Marx, Thomas Hobbes, Adam Smith, Michel Foucault. Estes são apenas alguns dos autores que o preso Leonardo Alboneti, de 32 anos, conheceu no regime semiaberto que cumpre em Londrina. De olho na oportunidade de remir parte da pena por tráfico de drogas, ele já ganhou 100 dias pelos volumes lidos nos últimos dois anos no Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon). A cada 30 dias, Alboneti lê um título novo e tem quadro dias da pena descontados pela Vara de Execuções Penais. Cerca de 600 dos 2,4 mil presos de unidades carcerárias do município já aderiram à prática. Um programa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), batizado de "Livros da Liberdade", pretende ampliar junto à comunidade a doação de livros para detentos.

A iniciativa foi lançada ontem à tarde, na sede da instituição, e tem os mesmos moldes do programa apresentado pela entidade em setembro passado na capital paranaense. O objetivo é unir a possibilidade de remição

da pena ao acesso à alfabetização e cultura pela população carcerária. Quatrocentos livros devem ser distribuídos entre as bibliotecas da Casa de Custódia de Londrina (CCL), Creslon e as duas unidades da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL). A sociedade civil tem 120 dias para fazer doações na própria OAB e no Fórum local.

O coordenador da Comissão de Estabelecimentos Prisionais da OAB em Londrina, José Carlos Mancini Júnior, explica que o "Livros da Liberdade" tem como base a Lei Federal 12.433/11 e a Lei Estadual 17.329/12. Quem se interessar em colaborar, pode doar títulos didáticos ou literários. Os presos podem escolher qual livro querem ler durante o mês e são acompanhados por um professor de português. Após a leitura, eles têm 10 dias para elaborar uma resenha, na presença de seu educador. Uma comissão da OAB deve acompanhar se os leitores estão tendo deferimento dos pedidos de remição através da leitura.

"Realmente, quatro dias por livro não é muito. É o caminho para evoluirmos, lutarmos contra o crime. O preso malandro não vai se

enquadrar nisso", define Mancini. A proposta segue concomitante com outras alternativas para que o preso tenha acesso à remição de pena, como por dias trabalhados e estudo.

Em Curitiba, relata a idealizadora do projeto, a advogada Lúcia Balone, da Comissão de Estabelecimentos Penais da Seccional, foram arrecadados mais de 2 mil livros em 30 dias. Destes, 500 foram catalogados para ser disponibilizados a presos. "Vamos começar a avaliar os frutos desta iniciativa neste ano", pontua. Ela assinala que a intenção é interiorizar cada vez mais o programa, levando, num primeiro momento, a ação para Foz do Iguaçu (Oeste) e Paranaguá (Litoral).

CONTINUA

11 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

ADESAO

Quem acompanha de perto os presos que leem para ter a pena abatida avalia que o projeto é o primeiro passo para conquistar leitores assíduos no sistema carcerário. A professora Maria Aparecida Ferreira trabalha com leitura na PEL 1 E 2 e diz que a proposta pode ajudar muito na chegada dos presos. "Quando ele vem deprimido, a leitura é um remédio poderoso para que vá entendendo a realidade dele", observa.

O próprio Leonardo Alboneti, personagem que abriu esta matéria, conta que o mundo dos livros proporcionou a ele diferentes perspectivas para quando ganhar, definitivamente, sua liberdade. Depois que se dedicou à leitura, Alboneti se tornou aluno de Administração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Ganhou uma bolsa 100% integral para a graduação, pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). "Eu já gostava de ler, só não sabia disso", pondera.

Diretor do Patronato Penitenciário de Londrina, Reginaldo Peixoto, viu de perto o interesse de presos pela leitura enquanto esteve à frente do Creslon, até poucos dias atrás. Para ele, trata-se de uma oportunidade de minimizar os efeitos do cárcere. "Criamos, junto ao apenado, um hábito que muitos de nós, na população brasileira, não temos", pontua.

11 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Comitê Pró-Defensoria cobra melhorias

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – O recém-criado Comitê Londrinense Pró-Defensoria Pública volta a se reunir na noite de hoje para mostrar a importância do órgão para a sociedade e cobrar melhores condições de trabalho. A Defensoria Pública do Paraná enfrenta problemas com o desligamento de vários defensores dos seus quadros, além da falta de assistentes e analistas técnicos. O Paraná conta com 74 defensores. Em Londrina, são apenas quatro defensores e quatro analistas.

“É preciso revelar à sociedade o papel da Defensoria e esclarecer alguns pontos como o porquê estarmos atendendo apenas a área criminal e não assuntos de família, adolescentes, que também são muito importantes. Infelizmente, isso não é possível em virtude da falta de estrutura e pessoal”, ressaltou o defensor público em Londrina, Gregory Pinto de Farias.

O Comitê Pró-Defensoria conta com representantes do Ministério Público, OAB, Movimento dos Direitos Humanos, órgãos de imprensa entre outros. “A Defensoria é fundamental para as pessoas que não têm condições de pagar por um advogado. Temos que brigar pelo interesse do mais pobre”, comentou o coordenador do Centro de Direitos Humanos de Londri-

na, Carlos Enrique Santana. A reunião do Comitê começa às 18h30 na sede da Defensoria Pública, na Rua Brasil, 1032.

11 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Procuradoria pede redução da pena de Youssef

Mateus Coutinho
Agência Estado

São Paulo - A força-tarefa da Lava Jato pediu a redução da pena do doleiro Alberto Youssef pela metade em uma das 11 ações penais da Lava Jato nas quais ele é réu na Justiça Federal do Paraná. O pedido tem como base o acordo de colaboração premiada firmado pelo doleiro com o MPF. Na solicitação, o próprio Ministério Público Federal reconhece que a delação do doleiro não ajudou na apuração dos crimes investigados nesta ação, mas ainda assim ele "faz jus à diminuição da pena em virtude de sua colaboração para o esclarecimento de diversos outros fatos, cujas declarações foram prestadas perante a Polícia Federal", afirmam os procuradores da força-tarefa, que citam ainda o depoimento do doleiro à Justiça Federal em outubro do ano passado, quando ele revelou a existência do esquema de pagamento de propinas em contratos da Petrobras para beneficiar PT, PMDB e PP.

A ação já está com os autos conclusos e aguarda apenas a sentença do juiz Sérgio Moro, que vai determinar as penas dos réus e pode acolher, ou não, o parecer do MPF.

Youssef cumpre três anos de prisão como parte das 23 cláusulas de seu acordo firmado com o Ministério Público Federal, que prevê ainda que ele devolva suas propriedades e participações que possui em empresas. Caso sua condenação nas ações penais nas quais já é réu ou nas que ainda possam surgir contra ele somem 30 anos de prisão, todos os processos e inquéritos policiais contra ele serão suspensos por um período de dez anos.

A petição foi encaminhada na ação penal em que Youssef é acusado de liderar uma quadrilha que evadiu cerca de US\$ 500 milhões entre 2009 e 2013 por meio de importações fictícias com base em contratos de câmbio firmado por empresas de fachada. Dentre as empresas utilizadas para evadir o dinheiro estão a Labogen e a Piroquímica, do também réu da Lava Jato Leonardo Meirelles, apontado como testa de ferro do doleiro.

11 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Araldo Murá

JOATAN TROCA TOGA PELA LITERATURA

Por livre espontânea vontade, o desembargador Joatan Carvalho, 64 anos, resolveu, no começo deste ano, se aposentar do cargo faltando ainda seis anos para ser apanhado pela compulsória que dispensa os funcionários aos 70.

Com uma vida rica de experiências, tendo vivido alguns anos nos Estados Unidos, onde até pretendeu se fixar, Joatan deixou uma posição ambicionada por muitos, a estabilidade profissional e a respeitabilidade social simplesmente porque achou que estava na hora de se dedicar à sua "vocação maior", a literatura e a escrever, de um modo geral. O que inclui fazer poesia (já tem livros publicados, com poesia



Desembargador Joatan Carvalho e a desembargadora Rosana Andriquetto

de boa qualidade) e a escrever também sobre temas jurídicos.

Depois de dezenas de anos dedicados ao serviço público, e agora com uma apreciável aposentadoria, Joatan se propõe a também dar um

pouco de seu tempo à Academia de Letras José de Alencar, de que é membro. A esposa de Joatan, a também desembargadora Rosana Andriquetto, continua em plena atividade, distante da aposentadoria.

11 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

"Corruptor e corrupto são igualmente culpados", diz juiz

A argumentação do juiz federal Sérgio Moro, derruba as alegações de parte dos executivos, que afirmaram ter sido obrigados a pagar propina para obter contratos com a estatal

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, disse ontem que agentes públicos e privados são "igualmente culpados" pelos esquemas de corrupção. Moro entende que há uma "simbiose ilícita entre corrupto e corruptor".

O entendimento do juiz está em despacho no qual ele refutou as alegações de falta de provas e ilegalidades na ação penal aberta para investigar os executivos da empreiteira Mendes Júnior.

A argumentação do juiz derruba as alegações de parte dos executivos, que afirmaram ter sido obrigados pelos ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque a pagar propina para obter contratos com a estatal.

Segundo as empresas, se os valores devidos não fossem pagos, seriam colocadas barreiras para impedir pagamentos e novas chamadas para participação nas obras da empresa.

"A tese da denúncia é que se trata de crime de corrupção, no qual ambos, corruptor e corrupto, são igualmente culpados. Na corrupção, há uma simbiose ilícita entre corrupto e corruptor. Na corrupção, não há como transferir a culpa de um para o outro. Não se trata de demonizar o setor privado ou o setor público. Em ambos os lados, há responsáveis", disse o juiz.

11 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF mantém Renato Duque em liberdade

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu ontem manter em liberdade o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Por unanimidade, os ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, e o relator, ministro Teori Zavascki, mantiveram o habeas corpus concedido a Duque, expedido em dezembro por meio de liminar de Zavascki.

O ex-diretor é acusado de participar do esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras, da formação de cartel por empreiteiras e do pagamento de propina a partidos e agentes políticos. Ele foi citado pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, réus no processo, como um dos beneficiários do esquema.

Renato Duque também teve o nome citado na nona fase da Operação Lava Jato que, segundo a Polícia Federal, buscou provas contra 11 operadores do esquema de corrupção na Petrobras que atuaram na Diretoria de Serviços da empresa durante a gestão do ex-diretor Renato Duque.

Duque foi preso em 14 de novembro do ano passado, na sétima fase da Operação Lava Jato e solto no início de dezembro. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, chegou a emitir parecer favorável a nova prisão dele, por entender que existia o risco de Duque fugir do país para escapar do julgamento.

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

MAGISTRADOS

Base aliada se mobiliza para evitar votação da PEC da Bengala

O Palácio do Planalto mobilizou sua base aliada na Câmara dos Deputados para impedir a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que eleva de 70 para 75 anos de idade a aposentadoria dos magistrados, a chamada PEC da Bengala. Líderes dos partidos governistas vão pedir para que o presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ) adie por 30 dias a apreciação da matéria em plenário.

Segundo o líder da bancada do PT, Sibá Machado (AC), os aliados ainda têm dúvidas sobre os efeitos da mudança. Se a proposta for aprovada, a presidente Dilma Rousseff pode ficar sem indicar quatro novos ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF). Ele acusou o PSDB de politizar a PEC e disse que, se o senador Aécio Neves (PSDB-MG) tivesse sido eleito, ele também iria reivindicar o direito de nomear novos ministros do STF.

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Manifestantes invadem a Assembleia e votação do “pacotaço” é suspensa

Presidente do Legislativo pretende retomar a sessão na tarde de hoje, o que dependerá da liberação do plenário por parte dos manifestantes

Chico Marés, Euclides Lucas Garcia e Rogerio Waldrigues Galindo

A votação do “pacotaço” do governo estadual com medidas impopulares ao funcionalismo público foi interrompida na tarde de ontem na Assembleia Legislativa e não há previsão de quando ela será retomada. Servidores estaduais contrários às propostas do governo invadiram o plenário da Assembleia após os deputados aprovarem a formação de uma comissão geral para votar os projetos, o chamado “tratoração”. Apesar de alguns itens do mobiliário da Assembleia terem sido quebrados na ocupação, não houve confronto com a polícia.

Até o fechamento desta edição, os manifestantes ocupavam o plenário e pretendiam

passar a noite no local. Uma reunião de líderes estava marcada para as 10h de hoje. O presidente Ademar Traiano (PSDB) informou que a ideia é retomar a sessão nesta tarde, o que dependerá da liberação do plenário. Os manifestantes comunicaram que só vão sair se o projeto for retirado de pauta.

O Executivo previa dificuldades na aprovação do “pacotaço”, e o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), apresentou um substitutivo alterando alguns pontos polêmicos. Entre os pontos que foram retirados estão o fim do quinquênio e anuênio e propostas que dificultavam que professores tirassem licenças e se ausentassem das salas de aula por motivos de saúde.

Entretanto, o artigo que permitia que o governo usasse recursos da Parana previdência, que banca as aposentadorias dos servidores do estado — uma poupança de cerca de R\$ 8 bilhões —, foi mantido. Pela proposta, o governo poderá retirar R\$ 250 milhões do fundo pormês. Este era um dos pontos questionados por servidores, que temem que a medida acarrete na falência do fundo.

Sessão tensa

A sessão foi tensa desde o princípio. Cerca de 300 manifestantes ocupavam as galerias do plenário, pedindo que os projetos fossem rejeitados pelos deputados. Do lado de fora, milhares de servidores, a maioria deles professores, acompanhavam a sessão.

Antes de discutir o projeto, os deputados precisavam aprovar um requerimento que transformava a sessão ordinária em comissão geral — o “tratoração”. Os projetos foram apresentados na semana passada e não foram discutidos pelas comissões permanentes da Assembleia, que nem sequer foram formadas nesta nova legislatura. Logo, só estariam aptos para debate em plenário neste regime de votação.

CONTINUA

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por volta das 17h50, o requerimento pedindo a transformação do plenário em comissão geral foi votado pelos deputados. A proposta foi aprovada por 34 votos a 19 — um indicativo de que os deputados pretendem aprovar a proposta do governador Beto Richa (PSDB). Assim que os deputados tomaram essa decisão, os manifestantes que estavam do lado de fora derrubaram o portão e invadiram o prédio da Assembleia.

Durante a invasão, os manifestantes arrombaram uma porta e quebraram os vidros da sala de imprensa, que fica atrás do plenário. Também foram

danificados equipamentos da TV Sinal, a tevê interna, e o painel de votação. Não houve confronto com os policiais. Após a ocupação, os servidores limpam o plenário.

Assim que foi comunicado da invasão, Ademar Traiano determinou a suspensão da sessão. Minutos depois, os manifestantes já ocupavam o plenário. Os deputados da base aliada se refugiaram em uma sala no mesmo prédio, e foram escoltados pela polícia até o prédio onde ficam os gabinetes.

PLACAR

Veja como votaram os deputados no requerimento para que a votação ocorresse no regime de comissão geral, o popular "tratoração":

34 A FAVOR

- Alexandre Curi PMDB
- Alexandre Guimarães PSC
- André Bueno PDT
- Artagão Júnior PMDB
- Bernardo Ribas Carli PSDB
- Cantora Mara Lima PSDB
- Cláudia Pereira PSC
- Cobra Repórter PSC
- Cristina Silvestri PPS
- Dr. Batista PMN
- Elio Rusch DEM
- Evandro Júnior PSDB
- Felipe Francischini SD
- Fernando Scanavaca PDT
- Francisco Bühler PSDB
- Gilson de Souza PSC
- Guto Silva PSC
- Hussein Bakri PSC
- Jonas Guimarães PMDB
- Luiz Carlos Martins PSDB
- Luiz C. Romanelli PMDB
- Márcio Nunes PSC
- Maria Victória PP
- Mauro Moraes PSDB
- Mis. Ricardo Arruda PSC
- Nelson Justus DEM
- Palozzi PSC
- Paulo Litro PSDB
- Pedro Lupion DEM
- Plauto Miró DEM
- Schiavinato PP
- Tiago Amaral PSB
- Tião Medeiros PTB
- Wilmar Reichembach PSC

19 CONTRA

- Adelino Ribeiro PSL
- Ademir Bier PMDB
- Anibelli Neto PMDB
- Chico Brasileiro PSD
- Evandro Araújo PSC
- Gilberto Ribeiro PSB
- Márcio Pacheco PPL
- Márcio Pauliki PDT
- Nelson Luersen PDT
- Nereu Moura PMDB
- Ney Leprevost PSD
- Paranhos PSC
- Pr. Edson Praczyk PRB
- Péricles de Mello PT
- Professor Lemos PT
- Rasca Rodrigues PV
- Requião Filho PMDB
- Tadeu Veneri PT
- Terclio Turini PPS

1 NÃO VOTOU

Ademar Traiano (PSDB), por ser presidente, não vota.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO
OPINIÃO DA GAZETA

11 FEV 2015

Protesto democrático não pode incluir danos a bens públicos

Em qualquer casa legislativa, é sempre melhor ter galerias ocupadas que galerias vazias. São um sinal de que a sociedade civil está acompanhando o processo de criação de leis, seja por meio de indivíduos interessados, seja por meio de entidades como sindicatos e ONGs. E a sociedade tem todo o direito de se manifestar sobre os projetos em tramitação, desde que o faça de forma pacífica.

É por isso que a invasão desta terça-feira na Assembleia Legislativa e os danos ao patrimônio público precisam ser duramente condenados. Independentemente da percepção que professores e outras categorias do funcionalismo tenham a respeito dos efeitos do pacote sobre suas vidas, nada justifica a invasão do plenário e a depredação de instalações. Aprender a discordar sem destruir faz parte da caminhada democrática. Assim, o Paraná viu um retrocesso protagonizado justamente por aqueles que têm a missão de educar os jovens e adolescentes do estado.

Ocupação se deu sem confronto com a PM

Rogério Waldrigues Galindo

A ocupação da Assembleia pelos manifestantes ontem ocorreu sem confrontos com a Polícia Militar, que desde cedo fazia um cordão de isolamento em frente ao prédio do Legislativo. No momento em que as milhares de pessoas que protestavam no Centro Cívico começaram a forçar a grade para entrar no prédio, os próprios policiais, afirmando que estavam desarmados, pediram que não se quebrasse nada e indicaram que os manifestantes poderiam usar uma entrada lateral sem serem barrados.

Do lado de dentro, os manifestantes quebraram uma

grade e uma porta de vidro para entrar no plenário. Houve relatos também de danos a equipamentos, como câmeras da TV Sinal – emissora interna de televisão. Houve alguns desentendimentos entre manifestantes e funcionários da própria Assembleia, que ficaram “ilhados” no momento da invasão. Os policiais decidiram não intervir.

O presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), havia antecipado no dia anterior que a ordem seria de que não houvesse violência. Líder da oposição, o deputado Tadeu Veneri (PT) elogiou a postura de Traiano durante a condução dos trabalhos e disse que testemunhou

o presidente da Casa dizendo aos policiais para “não encostarem” nos manifestantes.

Depois de tomar o plenário, os manifestantes se comportaram pacificamente. Os deputados aliados ao governo se trancaram em uma salinha anexa e só saíram de lá escoltados pela PM. A deputada Cantora Mara Lima (PSDB) teria sido agredida com uma garrafa de água. Mais tarde, os manifestantes começaram a providenciar comida e barracas para dormirem na Assembleia. Os servidores também limpam o plenário.

Segundo a APP-Sindicato, que representa os professores estaduais, a ideia é que os manifestantes permaneçam em plenário até que o governo decida retirar os projetos de pauta. A oposição levaria esse pedido à presidência da Assembleia e ao líder do governo. Mas até ontem não havia notícia de que isso ocorreria.

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Oposição questiona a legalidade do "tratoração"

Líder do PMDB, o deputado Nereu Moura apresentou uma questão de ordem durante a votação, que foi rejeitada

Chico Marés, Euclides Lucas Garcia e Rogério Waldrigues Galindo

Durante a votação do "pacotão" do governo do estado, deputados de oposição questionaram a legalidade do uso das comissões gerais para a votação de projetos, o popular "tratoração". Líder do PMDB, o deputado Nereu Moura apresentou uma questão de ordem durante a votação. No seu entendimento, o regimento prevê que essas comissões servem apenas para debater as propostas, e não para votá-las.

A questão de ordem foi rejeitada pelo presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), e a realização da comissão foi aprovada por 34 votos a 19.

Segundo o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), os deputados do bloco estudam ingressar com um mandado

de segurança para impedir que a comissão geral seja usada para a votação do projeto, com base nesse entendimento do regimento interno. A ideia é que nem mesmo os pareceres sejam apresentados quando a sessão for retomada, limitando a comissão à discussão do teor da matéria.

Normalmente, um projeto de lei precisa passar por várias comissões antes de chegar até o plenário — quantas e quais depende do objeto da proposta. A votação em comissão geral, na prática, elimina essas etapas — portanto, tornam a tramitação de uma proposta mais célere.

Por esse modelo, os relatores de cada comissão são definidos em plenário, e todos os pareceres são elaborados, debatidos e votados na mesma sessão. Depois, vota-se o projeto. Esse regime de votação só existe no Paraná.

Ao longo do primeiro mandato, a base aliada do governador Beto Richa (PSDB) usou desse expediente em várias ocasiões. Algumas vezes, pelo teor polêmico da proposta: a criação da Fundação Estatal em Saúde (Funesas), a criação do auxílio-moradia para juízes e um proje-

to que permitia o repasse de serviços do estado para Organizações Sociais (OSs). Entretanto, alguns projetos pouco polêmicos, alterando carreiras de servidores, foram votados em comissão geral apenas por questões de prazo.

Em 2014, uma comissão formada para debater a reforma do regimento interno da Assembleia foi aprovada e incluiu o fim das comissões gerais em seu relatório final. As mudanças acabaram não sendo votadas e o projeto foi engavetado — Traiano disse, quando tomou posse, que pretende reativar a comissão. Curiosamente, o presidente da comissão que pedia a extinção do "tratoração", Pedro Lupion (DEM), votou ontem a favor do "tratoração".

Como ficou

A sessão de ontem foi interrompida logo após a votação do requerimento por comissão geral. Tecnicamente, ela está suspensa. Caso o projeto não seja retirado de pauta, a próxima etapa seria a apresentação dos relatórios das comissões. Entretanto, segundo informações de bastidores, Romanelli estava tendo dificuldades em achar deputados dispostos a apresentar esses relatórios.

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

STF mantém ex-diretor da Petrobras em liberdade

Renato Duque chegou a ser detido em novembro, mas foi solto após 19 dias na prisão

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (10) manter em liberdade o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Preso em novembro passado na sétima fase da Operação Lava Jato, ele foi solto pelo ministro Teori Zavascki em 3 de dezembro, após passar 19 dias na prisão.

Quando aceitou o pedido de liberdade, Zavascki disse que a única fundamentação do juiz que determinou sua prisão, Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná, era o risco de fuga, uma vez que Duque possuiria enorme fortuna no exterior e poderia deixar o país para evitar um julgamento.

De acordo com Teori, há jurisprudência consolidada no STF impedindo que prisões sejam mantidas somente com base no risco de fuga — por isso, determinou a soltura. Nesta terça-feira (10), votaram no mesmo sentido os ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

Celso de Mello, que também faz parte da Segunda Turma, não compareceu ao colegiado e, como uma das cadeiras está vazia desde a aposentadoria de Joaquim Barbosa, o julgamento acabou em 3 a 0.

Acusação

Um dos delatores da Lava Jato, o ex-gerente Pedro Barusco disse que Duque recebeu entre US\$ 40 milhões e US\$ 50 milhões em propina em contas na Suíça e entre R\$ 10 milhões e R\$ 12 milhões no Brasil.

Outro ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa mencionou o nome de Duque como um dos integrantes do esquema de desvios da estatal e disse que o PT ficava com 3% dos contratos fechados pela diretoria de Serviços — o que Duque sempre negou com veemência. Outro delator do esquema, o doleiro Alberto Youssef também citou o nome de Duque associado ao tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

Outro lado

O PT nega ter recebido contribuições ilícitas em suas campanhas.

Já o advogado de Duque, Renato de Moraes, refuta que seu cliente tenha recebido suborno.

DEFESA

O advogado do ex-diretor da Petrobras Renato Duque, Renato de Moraes, afirmou nesta terça-feira (10) que ainda não há acusação formal contra seu cliente e questionou o uso da delação premiada como meio de prova. "O depoimento do delator ser tratado como prova é duvidoso. São delações sobre delações que vêm a lume e que precisam ser comprovadas. Essas pessoas têm de indicar caminhos e dados que possam comprovar isso [dito nas delações]", disse.

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

NOTA PÚBLICA

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ vem publicamente manifestar-se de forma absolutamente contrária ao regime de tramitação sumaríssimo, incompatível com a magnitude dos temas, e ao mérito do projeto de Lei 60/2015, do Governo do Estado, que provoca radicais alterações orçamentárias com profundos impactos sobre direitos adquiridos, em razão dos seguintes fundamentos.

O projeto é permeado pela diversidade das matérias, muitas delas totalmente desconexas. Vai desde uma simples campanha para incentivar a população a pedir nota fiscal até a polêmica medida de desvirtuar todos os fundos públicos existentes, acabando com a destinação específica dos valores que os compõem, e que justificaram suas criações, para permitir que sejam empregados no pagamento de qualquer item orçamentário, projetando, sobretudo, um inaceitável retrocesso no sistema previdenciário paranaense.

O PARANÁ PREVIDÊNCIA foi criado para desonerar o Estado do encargo de pagamento de proventos e de pensões. Um dos poucos, senão o único projeto de real planejamento de longo prazo que já existiu no Estado. A fusão dos fundos previdenciário e financeiro praticamente retira o sentido da existência da entidade, e, no futuro, corremos o risco de voltar a situação anterior a 1998, quando sabia-se do esgotamento do modelo de contribuição e partiu-se para o modelo de capitalização.

Inadmissível a redução do valor das RPVs de 40 salários mínimos para R\$ 12.000,00, ou seja, dívidas que devem ser pagas em 60 dias após a expedição da requisição de pequeno valor. Isso significa que condenações impostas contra o Estado que ultrapassarem o novo limite terão que ser submetidas ao regime dos precatórios, também seriamente comprometido pelo seguido inadimplemento do governo com sua obrigação constitucional.

O desequilíbrio das finanças do Estado não pode ser equacionado com uma oneração excessiva à população e aos funcionários públicos, especialmente logo após a aprovação do aumento de impostos e a concessão de inúmeros subsídios e auxílios a categorias mais privilegiadas do setor público.

Nesse cenário, espera-se que os Deputados Estaduais, fiéis à representação popular e ao dever de independência como pressuposto do exercício legítimo do Poder Legislativo, atentos a relevância da matéria e à contrariedade ao interesse público que as alterações causarão, rejeitem o projeto de lei em exame.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2015
Diretoria da OAB/PR



GAZETA DO POVO

JULIANO BREDA

11 FEV 2015

A democracia traída

O Datafolha acaba de evidenciar o sentimento de desesperança que atualmente domina o cenário político pós-eleitoral brasileiro, com índices de insatisfação popular em relação à presidente Dilma similares aos momentos mais críticos do governo Collor. Os “pacotes de maldades” divulgados diariamente por União, estados e municípios, os escândalos de corrupção que inundam a pauta dos jornais, falta de água, racionamento de energia, salários atrasados e promessas de campanha esquecidas logo após o segundo turno compuseram essa equação que resulta nos números aferidos pelos institutos de pesquisas. Os brasileiros se sentem enganados.

O ano de 2015 projeta grandes tensões no ambiente político-econômico, tal como ocorreu com a impressionante derrota do governo federal na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados e especialmente as constantes demonstrações de inércia e incapacidade de solucionar a crise instalada. O que vimos nos últimos anos nos grandes centros do poder? O triunfo do patrimonialismo, a vitória do compadrio, a derrocada da ética, o enterro da honestidade, tudo sob a égide de uma política contaminada e controlada pelo poder econômico, muitas vezes alimentado e extorquido pelo próprio poder oficial, como forma de se auto-perpetuar.

A intolerância popular com a classe política cresce exponencialmente a partir de uma série de causas comuns: a fraude dos compromissos eleitorais, a indignação diante da ineficiência dos serviços públicos, a proliferação endêmica dos cargos de comissão a povoar o Estado, a cínica negociação dos apoios políticos a partir de coligações partidárias fisiológicas, entre diversos outros fatores que usurpam a legitimidade da representação popular e comprometem seriamente a democracia.

É incompatível com o Estado Democrático de Direito a tentativa de cercear a liberdade de imprensa, os seguidos embustes eleitorais, com o engano como método, a mentira como estratégia, a corrupção como instrumento e a manutenção do poder como a única finalidade. Nesse passo, nos oferecem como a luz no fim do túnel a “reforma política”, necessária e inadiável, mas que se converteu em um mantra salvador de todos os nossos males, uma expressão coringa para encobrir as causas dos grandes e verdadeiros déficits democrático-republicanos do país.

A OAB/PR lançou uma frente ampla de debate da reforma política, exatamente para discutir com toda a sociedade as causas reais dessa crise e buscar as soluções, discutir os caminhos, pavimentar uma alameda que nos conduza à neoredemocratização do Brasil.

Existem diversos temas importantes a analisar. A extinção do financiamento privado das campanhas, o fim da reeleição, a adoção do voto facultativo, a proibição de coligações nas eleições proporcionais, e novos sistemas representativos, como o voto distrital e o voto por lista, entre outros exemplos.

O momento exige mobilização, exercício de cidadania, a fim de assegurar o que a Constituição do país nos prometeu. Uma sociedade democrática, justa, igualitária, sem preconceitos, governada por cidadãos que promovam o bem social e o desenvolvimento sustentável, homens e mulheres honrados, honestos e que cumpram a lei. É chegada a hora de finalmente o poder ser exercido em nome do povo brasileiro e de nenhum outro interesse econômico ou partidário.

Juliano Breda é presidente da OAB/PR.

GAZETA DO POVO

TC acusa Urbs de manobra para adiar julgamento sobre a tarifa

11 FEV 2015

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TC-PR) acusa a Urbanização de Curitiba (Urbs) de tentar protelar pela sexta vez o julgamento do relatório da comissão de auditoria sobre a tarifa de ônibus, realizada pelo órgão em 2013. De acordo com o TC, o processo estava pronto para ser encaminhado ao Pleno da casa, para análise e votação nos próximos dias, mas um recurso de agravo suspendeu o trâmite. A Urbs informou, via assessoria de imprensa, que não irá se manifestar sobre o caso.

De acordo com o órgão fiscalizador, a Urbs já teria ingressado com dois embargos de declaração, dois recursos de agravo e dois de revisão. O TC argumenta que os expedientes são protelatórios porque, segundo o Regimento Interno, o Ministério Público tem até 30 dias para emitir parecer depois que o processo retornar ao gabinete do relator. O desembargador que é responsável por esse caso é Nestor Baptista, que deve encaminhar o processo para julgamento.

A auditoria

O processo de auditoria da tarifa levou três meses para ser concluído e foi divulgado no fim de 2013. Todos os 37 interessados no caso já puderam encaminhar suas defesas, que foram consideradas para a elaboração de um novo relatório.

O trabalho do TC indicou que a tarifa poderia ser reduzida em 16,7% na época e outras 40 irregularidades, entre elas o indício de cartelização do sistema, irregularidades na composição de custos e concessão de gratuidades e fragilidades na bilhetagem eletrônica.

SENADO

DEM vai ao STF para anular eleição da Mesa

O Democratas vai tentar reverter, na Justiça, a escolha de aliados do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para os principais cargos de comando do Senado. Líder do DEM, o senador Ronaldo Caiado (GO) ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de anulação da eleição da Mesa Diretora da Casa Legislativa. O senador argumenta que, ao eleger uma Mesa composta por aliados de Renan, a Casa não respeitou o princípio da proporcionalidade partidária, que permite às siglas com maiores bancadas indicarem os membros de comando do Senado. Com a manobra, aliados de Renan conseguiram eleger senadores que apoiaram a reeleição do peemedebista para a presidência do Senado. O PSDB e o PSB ficaram sem vagas na Mesa Diretora, assim como o DEM.

NOTA POLITICA

De camburão

O juiz federal Sérgio Moro determinou ontem que o réu João Procópio seja levado às audiências na Justiça Federal em Curitiba no assento da viatura policial. A defesa dele protocolou uma petição e um atestado médico afirmando que o réu tem problemas lombares e que assim "sofrerá menos com os impactos que normalmente ocorrem durante o trajeto". Procópio está preso no Complexo Médico Penal e estava sendo transportado no camburão policial. De acordo com o médico Maurício Lebre Colombo, o réu sofre de lombalgia crônica, artrose lombar e escoliose. Procópio era o operador das contas do doleiro Alberto Youssef no exterior e também atuava na administração de empresas do doleiro, segundo a investigação.

11 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Disque 100 receberá denúncias de abuso infantil no carnaval

• A campanha nacional de combate à violência contra crianças e adolescentes no carnaval foi lançada ontem no Rio de Janeiro, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Disque 100 será o principal canal usado para receber denúncias.

Denúncias contra outros tipos de violação aos direitos humanos podem ser feitas no mesmo número. "O carnaval é um momento em que podem ocorrer oportunidades para que as crianças sejam abusadas, sofram violência, trabalho infantil aviltante, e, por isso, intensificamos a campanha e ampliamos a divulgação", disse a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, destacando que o sucesso da campanha depende de articulação com gestores locais e conselhos tutelares. Em Curitiba, a prefeitura já prometeu que vai reforçar a fiscalização dos eventos nesse aspecto.

11 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo livra políticos no cartel dos trens

Corte arquiva inquérito criminal que investigava Rodrigo Garcia (DEM)
e José Aníbal (PSDB) no esquema envolvendo setor metroferroviário

Talita Fernandes
Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Os ministros da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidiram, por maioria, arquivar o inquérito criminal que investigava eventual participação do deputado Rodrigo Garcia (DEM-SP) e do ex-deputado federal e suplente de senador José Aníbal no esquema de propinas no cartel metroferroviário de São Paulo. O inquérito já havia entrado em julgamento por duas vezes, mas foi interrompido em setembro, por pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso, e, em novembro, por pedido do ministro Luiz Fux, que teve voto decisivo no julgamento de ontem.

O cartel metroferroviário teria operado entre 1998 e 2008, nos governos Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB, no Estado de São Paulo. O ministro Fux alegou “falta de justa causa” para as investigações prosseguirem. Ele seguiu o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, e do ministro Dias Toffoli, pelo trancamento do inquérito.

Em setembro de 2014, Marco Aurélio disse que a suposta participação de Garcia e de Aníbal foi sustentada por meio de delação premiada de um dos investidores – Everton Reinheimer, ex-diretor de Transportes da alemã Siemens – e que as testemunhas não apresentaram provas de envolvimento dos políticos com o cartel. “Essas pessoas nada disseram que pudesse indicar a mínima propriedade do que dissera o colaborador.”

A decisão do Supremo excluiu os políticos com foro privilegiado da suspeita de ligação com o cartel, mas na Justiça Federal em São Paulo continua em curso investigação envolvendo executivos das multinacionais do setor, servidores públicos, doleiros e também ex-dirigentes da área de transporte de massa – a Polícia Federal indiciou 33 investigados, entre eles o ex-presidente e o diretor de operações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Mário Bandeira e José Luiz Lavorente, respectivamente. Eles negam ligação com o conluio.

Cooperação. Luiz Fux entendeu que já haviam sido esgotadas todas as diligências possíveis, sem que, com isso, tenham sido encontrados indícios da necessidade de continuar a investigação. “O relator atendeu a todas as diligências e não houve menção direta a esse parlamentar. As pessoas que foram ouvidas disseram que nunca tinham ouvido falar desse parlamentar”, disse o ministro, em seu voto. Ele ressaltou, contudo, que, na existência de novos elementos, o Ministério Público pode provocar a realização de um novo inquérito no futuro.

O arquivamento foi decidido pela maioria. Dois ministros ficaram vencidos, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber. Em novembro, Barroso entendeu que não se podia assegurar completa ausência de indícios que relacionem os parlamentares ao caso. À época, o ministro defendeu uma cooperação internacional.

Garcia foi secretário de Desenvolvimento Econômico e Aníbal, secretário de Energia do governo de Geraldo Alckmin.

“O STF confirmou o que desde o início afirmávamos sobre a ausência de qualquer indício em relação aos deputados. Todas as diligências necessárias foram realizadas, comprovando que os deputados, em momento algum, participaram do cartel do Metrô”, afirmou o advogado Alexandre de Moraes, que defendeu Rodrigo Garcia no Supremo Tribunal Federal.

CONTINUA

11 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO FALTA DE PROVAS

● O inquérito que apurou o envolvimento de políticos no cartel metroferroviário em São Paulo e no Distrito Federal chegou ao Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2013

Citados

O inquérito foi enviado ao Supremo devido ao foro privilegiado dos quatro deputados federais citados na época pelo ex-diretor da Siemens, Everton Rheinheimer. Três deles eram secretários de Geraldo Alckmin (PSDB).



José Anibal (PSDB-SP)

Ex-secretário estadual de Energia, ex-deputado federal e atualmente suplente de senador, foi citado por Rheinheimer como sendo próximo de Arthur Teixeira, lobista indiciado pela PF.

DECISÃO DO SUPREMO:

Arquivou a investigação por falta de provas



Rodrigo Garcia (DEM-SP)

Ex-secretário estadual de Desenvolvimento Econômico e deputado federal, foi citado por Everton Rheinheimer como alguém que fez "acordos financeiros" com as empresas que atuaram no cartel de trens.

DECISÃO DO SUPREMO:

Arquivou a investigação por falta de provas



Edson Aparecido (PSDB-SP)

Deputado federal licenciado, permanece na Secretaria estadual da Casa Civil. É citado por Everton Rheinheimer como um dos destinatários de "comissão" do esquema investigado.

DECISÃO DO SUPREMO:

Foi excluído do inquérito por falta de provas



Arnaldo Jardim (PPS-SP)

Deputado federal licenciado, é o atual secretário estadual de Agricultura. Foi citado pelo ex-diretor da Siemens como um dos destinatários de "comissão" paga pelas empresas que integravam o cartel.

DECISÃO DO SUPREMO:

Foi excluído do inquérito por falta de provas

Não foram alvo do inquérito que chegou ao STF

Outros políticos citados pelo ex-diretor da Siemens em relatório, mas que não foram investigados no Supremo.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador e atual líder do partido na Casa. Segundo Rheinheimer, teria relação próxima com Arthur Teixeira, lobista indiciado.

Campos Machado (PTB)

Deputado estadual, foi citado por Rheinheimer como alguém que teria feito "acordos financeiros" com as empresas do cartel.

Jurandir Fernandes (PSDB)

Ex-secretário estadual dos Transportes Metropolitanos. Segundo Rheinheimer, teria relação próxima com Arthur Teixeira.

José Roberto Arruda (PR)

Ex-governador do Distrito Federal, é citado como "político envolvido com a MGE Transportes", apontada como uma das rotas de propina.

Walter Feldman (PSB)

Ex-deputado federal. Segundo Rheinheimer, teria relação próxima com Arthur Teixeira, consultor apontado como lobista.

Tadeu Filippelli (PMDB)

Ex-vice-governador do Distrito Federal, é citado como "político envolvido com a MGE Transportes", apontada como uma das rotas de propina.

11 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

STF mantém liberdade a ex-diretor ligado ao PT

Ministros da Corte seguem voto de Zavascki, relator do caso, que decidiu conceder habeas corpus parcial a Duque, com adoção de medidas restritivas

Beatriz Bulla

Talita Fernandes | BRASÍLIA

Ministros da 2.^a Turma do Supremo Tribunal Federal decidiram manter o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque em liberdade. Ele foi preso em novembro de 2014 na 7.^a fase da Operação Lava Jato, mas liberado após o relator do caso no STF, ministro Teori Zavascki, conceder habeas corpus em caráter liminar, em dezembro.

Duque foi citado em depoimentos do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, do doleiro Alberto Youssef e do executivo Julio Camargo como um dos envolvidos no esquema de propinas e cartel na Petrobrás.

Ontem a 2.^a Turma analisou a decisão liminar de Zavascki e confirmou, por unanimidade, a posição do relator. Ao proferir seu voto, ele lembrou que a prisão preventiva, na qual se encontrava Duque, é a “medida cautelar mais danosa, que desafia a presunção de inocência”. “É verdade que sobejam elementos indicativos da materialidade e autoria de crimes graves”, admitiu, ponderando que “até agora não foi apresentada denúncia contra o paciente”.

O relator votou pela concessão parcial do habeas corpus, para que Duque continue em liberdade, mas com adoção de medidas restritivas, como apreensão de passaporte. A decisão levou em conta o fato de a prisão de Duque – decretada pelo juiz da 13.^a Vara Federal Criminal da Justiça Federal no Paraná, Sérgio Moro – ter sido baseada apenas no risco de fuga do ex-diretor.

“A custódia cautelar do paciente está calcada em uma presunção de fuga, o que é rechaçado categoricamente pelo precedente desta Corte”, disse o relator.

Moro havia argumentado que, pelo fato de Duque ter dinheiro no exterior, teria motivações e condições de sair do País. Diante desse argumento, Zavascki disse que, se fosse por essa razão, todos os acusados na Lava Jato teriam condições de deixar o Brasil. “Se esse fosse um fundamento legítimo teríamos de decretar prisão preventiva para todos os investigados.”

Os ministros Carmen Lúcia e Gilmar Mendes votaram de forma favorável a Duque. O ministro Celso de Mello não compareceu à sessão de ontem.

‘Duvidoso’. O advogado de Duque, Renato de Moraes, questionou o uso da delação premiada como meio de prova. “O depoimento do delator ser tratado como prova é duvidoso. São delações sobre delações que vêm a lume e que precisam ser comprovadas. Essas pessoas têm de indicar caminhos e dados que possam comprovar (*o que foi dito*)”, disse Moraes ontem. O advogado afirmou ainda que só a presunção de fuga de Duque e a gravidade dos fatos investigados não sustentam a prisão provisória. “Tem que ter uma acusação, um processo, direito de defesa.”

11 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Nos EUA, Janot assina acordo anticorrupção

Cláudia Trevisan

CORRESPONDENTE / WASHINGTON

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, assinou ontem com o Banco Mundial acordo de combate à corrupção, em um dos compromissos de sua visita de quatro dias à capital americana, durante a qual buscou ampliar a cooperação com autoridades americanas nas investigações da Operação Lava Jato. Anteontem, ele esteve no Departamento de Justiça e do FBI, a polícia federal dos EUA.

Janot se reuniu, à tarde, com o secretário de assuntos jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Jean Michel Arrighi, com quem discutiu a aplicação de convenções internacionais assinadas pelos países da região, entre as quais a que trata do combate à corrupção. O secretário de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, Vladimir Aras, disse que os documentos tratam de maneira ampla da cooperação entre os países, sem relação com casos específicos.

Janot não concedeu entrevista durante toda a visita a Washington, que termina hoje. Aras deu uma breve declaração depois do encontro na OEA, na qual se negou a abordar temas relacionados à Lava Jato.

Segundo informações do governo americano, os encontros tiveram o objetivo de fortalecer a cooperação entre os dois países na área judicial. No FBI, ele se reuniu com o diretor-geral da instituição, James Comey.

SÔNIA RACY

Inventivo

Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, acusa o juiz Sergio Moro de ter inventado a figura da “condução coercitiva”. Segundo o criminalista, “só se pode mandar ser conduzido pela polícia o cidadão que se recusa a depor.

Determinar, em um primeiro depoimento, que a polícia conduza coercitivamente a pessoa é ilegal e serve para desestabilizar a testemunha”.

11 FEV 2015

BEMPARANÁ

Videogame adquirido no exterior não tem garantia nacional

A 1ª Turma Recursal do TJ do Distrito Federal negou aplicação do Código de Defesa do Consumidor a cliente que comprou videogame com defeito, em viagem ao exterior. De acordo com a decisão colegiada, produtos adquiridos fora do Brasil não têm garantia nacional e não fazem jus à aplicação do CDC.

O autor ajuizou ação de danos morais no 2º Juizado Especial Cível de Brasília alegando que adquiriu um videogame Playstation 4, da fabricante Sony, no exterior. Segundo ele, o produto apresentou defeito dentro do prazo de garantia, mas o vício não foi sanado no Brasil. Pediu a substituição do bem ou a restituição do valor pago, bem como a condenação da ré ao pagamento de danos morais pelos transtornos sofridos.

O juiz de 1ª Instância julgou procedente, em parte, o pedido do autor e determinou que a Sony devesse o montante desembolsado pelo cliente, corrigido monetariamente. Quanto aos danos morais pleiteados, o magistrado afirmou que, o descumprimento contratual, por si só, não gera dano moral, pois exige repercussão anormal, não ocorrida na espécie.

A Sony recorreu da sentença e, em preliminar, suscitou ser ilegítima para estar no pólo passivo da demanda. Afirmou que não fabricou, importou ou comercializou o produto adquirido pelo autor e que não há solidariedade entre a Sony do Brasil e a Sony estrangeira, empresas com constituição e capital distintos. Defendeu a inexistência de previsão legal nesse sentido, a qual não poderia ser presumida, conforme disciplina o art. 265 do Código Civil.

Ao analisar o recurso, a Turma reformou a sentença de 1ª Instância. De acordo com o colegiado, a responsabilidade do fornecedor, assim compreendido o fabricante, o construtor, o produtor ou importador, só existirá quando colocar o produto no mercado brasileiro. Essa é a interpretação possível a partir do §3º do art. 12 do CDC. De igual forma, é fato notório que os produtos adquiridos no exterior diretamente pelo consumidor e trazidos para o Brasil não possuem garantia no território nacional, salvo quando oferecida e/ou contratada no país estrangeiro.

11 FEV 2015

ZAINE!

BEMPARANÁ

Contrato I

Divórcio ou desemprego não são justificativas para a revisão de contratos com base na teoria da imprevisão. O entendimento é 8ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região.

Contrato II

Viola o sigilo profissional e a independência da advocacia a decisão judicial que obriga advogado e réu a mostrarem o contrato de honorários em juízo. O entendimento é do juiz da 5ª Câmara Criminal do TJ de Justiça de Minas Gerais.

Banca

A bancada Rocha Lima Advogados passa a atuar com nova denominação: Monteiro Rocha Advogados. Com a mudança, o escritório passa a ter à frente o advogado criminalista e professor *Francisco Monteiro Rocha Jr.* Integrando a sociedade e compondo a equipe técnica, *João Rafael de Oliveira*, *Gustavo Alberine Pereira* e *Luciana Gabardo*

Instabilidade

Extinção ou paralisação das atividades empresariais impede estabilidade de dirigente sindical. O entendimento é da 7ª Turma do TRT de Minas Gerais.

Pós-graduação

A ABDConst - Academia Brasileira de Direito Constitucional está com inscrições abertas para vários cursos, entre eles o de pós-graduação em Direito Tributário e Direito Processual Tributário, coordenado pelo professor Luciano Bernart. As aulas começam dia 9 de março. Informações: www.abdconst.com.br

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 479 do STJ- As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

11 FEV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

PRESSÃO CONTINUA

Servidores estaduais invadem a Alep e interrompem votação de "pacotaço"

Em uma sessão tensa, a votação do "pacotaço" de medidas de austeridade do governo estadual foi interrompida ontem e não há previsão de quando será retomada. Atendendo as expectativas, o número de pessoas em frente a Assembleia Legislativa aumentou nesta terça-feira e os manifestantes conseguiram barrar a votação.

A comissão foi aprovada por 34 votos a 19, e é um indicativo de que os deputados pretendem aprovar a proposta do governador Beto Richa (PSDB). Logo após os deputados aprovarem a formação de uma comissão geral para debater o tema, os participantes do protesto invadiram o plenário e a sessão foi suspensa.

Acampados dentro da Casa, os manifestantes prometem só deixar o local quando o governo retirar o projeto, mesmo com a

apresentação de um substitutivo à proposta original do governador, no qual retiravam várias propostas polêmicas como o fim do quinquênio e de outras que impactavam diretamente os servidores ativos. O artigo que permitia que o governo usasse recursos do Paraná Previdência, que banca as aposentadorias dos servidores do estado, para pagar despesas correntes - uma poupança de cerca de R\$ 8 bilhões - foi mantido. Este era um dos pontos questionados pelos servidores, que temiam a quebra do fundo.

GREVE

Caravanas de professores vindos de todas as regiões do Paraná chegaram ontem a Curitiba para se juntar aos que já estavam mobilizados. De acordo com a APP-Sindicato, que representa a categoria, 15 mil educadores participaram do protesto ontem e todos os 2,1 mil colégios paranaenses ficaram sem aula.

O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) também decidiu pela greve caso o 'pacotaço' seja aprovado.

Em assembleia ontem, o sindicato decidiu que se o pacote de medidas de austeridade for aprovado com ressalvas, a categoria volta a se reunir para analisar o resultado da votação e decidir quais medidas tomar.

OAB contra tratoração

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná se manifestou contrária "tratoração". A entidade argumentou que a medida "provoca radicais alterações orçamentárias com profundos impactos sobre direitos adquiridos".

"O desequilíbrio das finanças

do Estado não pode ser equacionado com uma oneração excessiva à população e aos funcionários públicos", disse o comunicado. A OAB ainda recorreu aos deputados estaduais, para que, "atentos a relevância da matéria e à contrariedade ao interesse público que as alterações causarão, rejeitem o projeto de lei em exame."

Parlamentares federais também se posicionaram contrários ao "tratoração" e pediram a rejeição do pacote de medidas. Nota assinada por senadores e deputados afirmou que "o governador não tem direito de se apossar desse dinheiro." "Os deputados não podem cometer o crime de votar uma barbaridade como essa".

1 1 FEV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

STF mantém liberdade de Renato Duque

Ex-diretor da Petrobras é acusado de participar de superfaturamento de contratos

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira manter em liberdade o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Por unanimidade, os ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki mantiveram o habeas corpus concedido a Duque, expedido

em dezembro, por meio de liminar de Zavascki.

Duque é acusado de participar do esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras, da formação de cartel por empreiteiras e do pagamento de propina a partidos e agentes políticos. Ele foi citado pelo doleiro

Alberto Youssef e pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa como beneficiário do esquema.

O ex-diretor de Serviços também teve o nome citado na nona fase da Operação Lava Jato que buscou provas contra 11 operadores do esquema de corrupção na Petrobras. ●

MPF pede que Justiça reduza pena de Youssef

O Ministério Público Federal (MPF) do Paraná pediu nesta terça-feira (10) que a Justiça reduza pela metade a pena do doleiro Alberto Youssef em uma das ações penais que ele é réu, envolvendo o laboratório Labogen. O pedido teve como base o acordo de delação premiada firmado entre o doleiro e o Ministério Público.

Neste processo, Youssef responde pelos crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, for-

mação de organização criminosa e operação de instituição financeira sem autorização.

Ele é acusado pelos procuradores da República de chefiar um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que, entre 2010 e 2014, enviou para o exterior US\$ 446 milhões para pagamentos de importações fictícias. Segundo a procuradoria, o doleiro usava empresas de fachada para operar o esquema. ●

NOTA POLITICA

Recurso ao Tapetão

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), protocolou ontem junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) um mandado de segurança com o objetivo de anular a sessão que elegeu os atuais integrantes da Mesa Diretora do Senado. A eleição, que ocorreu na semana passada, foi muito criticada pela oposição porque a chapa vencedora não respeitou o critério da proporcionalidade partidária.